

PROJETO DE LEI N° DE 2004.

(Do Sr. Carlos Nader)

“Dispensa, do pagamento de passagens de transportes interestadual, para mulheres grávidas, nas condições em que estabelece.”

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º – Serão dispensadas do pagamento de passagens, no transporte interestadual, as mulheres grávidas, que se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré-natais, pós-parto e para hospitalização.

§ 1º – O número de deslocamentos por mês, ficará a critério do Sistema Único de Saúde – SUS, face às necessidades decorrentes das condições clínicas da beneficiada.

§ 2º – Fica limitado a 2 (duas), vagas por veículo de transporte interestadual, o número de mulheres grávidas a serem transportadas, desde que não acumule com os benefícios concedidos aos idosos.

Art.2º – Para a concessão do benefício previsto por esta Lei, deverá ser apresentada declaração fornecida pelo Sistema Único de Saúde – SUS de que a interessada está grávida ou em pós-parto,

necessitando deslocar-se para realização de tratamentos, exames ou para hospitalização.

Parágrafo único – A declaração de que trata o "caput" deverá ser apresentada à empresa concessionária dos serviços de transporte interestaduais ou ao responsável pela venda de passagens ou perante o condutor do veículo.

Art.3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º – Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A morte de mulheres em idade fértil, devido a complicações durante à gravidez, no parto e no pós-parto é, atualmente, em sua grande maioria, previsível ou evitável. As mortes, nessas circunstâncias, são denominadas como "mortalidade materna". Estudos realizados no País demonstram que a mortalidade materna é um problema de alta incidência e que o seu dimensionamento real é dificultado pelas deficiências ainda existentes no preenchimento das declarações de óbito.

Especialistas no assunto concluem que a vivência da gravidez, parto e pós-parto para cada mulher relaciona-se às suas condições prévias de saúde e, o que interessa sobremodo, ao acesso à assistência adequada.

O presente projeto tem o objetivo de facilitar o acesso à assistência à saúde, dispensando do pagamento de passagens mulheres

grávidas, residentes em zona rural, ou em localidades onde não haja, ainda, atendimento integral, e que necessitem de transporte para fins de internação hospitalar, tratamentos e exames pré-natais e pós-parto.

Assim, essas mulheres necessitam deslocar-se para cidades onde, via de regra, são formados os pólos regionais de atenção à saúde para os habitantes da região.

O objetivo da iniciativa, portanto, é propiciar meios às mulheres grávidas de buscarem tratamento adequado, cumprindo-se a norma constitucional de acesso universal aos programas de saúde.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em _____ de _____ de 2004.

**Deputado CARLOS NADER
PFL-RJ**